

- Resolução -

VAMOS DERROTAR O TERRORISMO SOCIAL DAS POLÍTICAS DE DIREITA

Governo Rua!

Com o sentimento de impunidade que lhe advém do apoio do capital e dos seus representantes no diretório da UE, bem como do Presidente da República, o governo aprofunda a confrontação com os trabalhadores e a Constituição da República Portuguesa, fazendo tábua-rasa do designado Estado de direito e da legalidade democrática.

Hoje mesmo, o governo marcou uma reunião para “negociar” um projeto de proposta de lei “*que visa regular, para o ano de 2013, a forma de reposição do subsídio de férias, das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes*”, para depois enviar à AR, que... para aí foi enviado em simultâneo. Com efeito, no dia em que enviou tal “projeto” à Frente Comum, ele deu também entrada na AR, como Proposta de Lei do Governo, logo colocado em discussão pública, até 2013-05-15. Trata-se de um arrogante e inadmissível desrespeito do direito à negociação coletiva, consagrado na Lei 23/98, de 26/5.

Com esta postura, o governo desrespeita grosseiramente os Sindicatos, achincha a legalidade democrática e atenta contra a própria separação de poderes constitucionalmente estabelecida, além de demonstrar um completo desprezo pelos direitos e interesses dos trabalhadores.

Se a AR viesse a aprovar uma lei com base em tal proposta, ela estaria ferida de inconstitucionalidade formal, por violação da Lei da negociação coletiva na Administração Pública.

Temos de obrigar o governo a pagar os subsídios de férias e de Natal de acordo com as normas legais sobre esta matéria, procedendo apenas aos ajustes necessários à correção da já concretizada aplicação das normas inconstitucionais do OE2013.

Mas a violação por parte do governo dos compromissos do Estado para com os trabalhadores, sobretudo da Administração Pública, e com as camadas mais desfavorecidas da população – para cumprir os compromissos com o capital – é permanente e não tem limites...

Na sexta-feira passada, o primeiro-ministro veio anunciar novos esbulhos aos trabalhadores da AP: despedimentos; aumento dos horários de trabalho; aumento

dos descontos para a ADSE; diminuição do período de férias; cortes nos salários, nas pensões e nos suplementos remuneratórios; aumento da idade de reforma.

Os trabalhadores e os reformados/aposentados da Administração Pública não aceitam esta política terrorista de transferência do resultado do seu trabalho para os bolsos dos exploradores, com consequências dramáticas para a sua vida e a vida da generalidade da população portuguesa e a destruição do tecido económico nacional.

E não é verdade que Portugal não tenha dinheiro para pagar salários e pensões. As receitas dos impostos e contribuições sociais foram superiores às despesas com pessoal e prestações sociais, nos últimos 2 anos, têm vindo a aumentar e a previsão para 2013 é de um excedente de 6.676,2 milhões de euros. Sem esquecer que as três maiores fortunas do país atingiram, no final de 2012, o montante de 6.600 milhões de euros, tendo aumentado 384 milhões em relação ao ano anterior. E a fortuna dos 25 mais ricos atinge 14.400 milhões de euros – 8,4% do Produto Interno Bruto.

Por isso, os trabalhadores da Administração Pública exigem que este governo vá para a rua e se dê voz ao povo português para escolher um novo governo, que, não só respeite os direitos dos trabalhadores da AP, mas inverta a situação de degradação da prestação de serviços públicos essenciais às populações e ponha fim à externalização/privatização dos serviços públicos rentáveis – mais uma forma de favorecer o capital financeiro.

Assim, o Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais delibera:

1. Aprofundar a luta, tanto a nível setorial, como a nível geral, no âmbito da CGTP-IN, para pôr fim a esta política de terrorismo social contra os trabalhadores e de desastre nacional, correndo com este Governo fora-da-lei;
2. Mobilizar os trabalhadores da AP para participarem ativa e massivamente na Ação Nacional de luta da Frente Comum, convergente com a Concentração convocada pela CGTP-IN para Belém, no dia 25 de maio, “*Contra a exploração – Defender o país – Governo rua!*”, assim como na jornada de luta de 30 de maio;
3. Exercer todas as formas de luta, a todos os níveis, que tenham em vista a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e a demissão deste governo.

O Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais reitera a necessidade de uma política progressista que defenda os salários, as pensões e os direitos dos trabalhadores e do povo português e uma Administração Pública de qualidade, contra a sua privatização!

Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais